

1 **ATA DA ASSEMBLEIA ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA**
2 **CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO RIO DE JANEIRO REALIZADA EM 14 DE MAIO DE 2018.**

3 Aos quatorze dias do mês de maio de 2018, às quatorze horas e trinta minutos, em segunda
4 chamada, no Auditório do CASS, situado à Rua Afonso Cavalcanti, n.º 455/Subsolo, Cidade Nova,
5 reuniram-se representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente,
6 com a presença de conselheiros titulares e suplentes e convidados, cujos nomes e assinaturas
7 constam no livro de presença, para tratar dos seguintes assuntos: **1-Leitura e Aprovação da ata**
8 **da assembleia de 09 de abril; 2-Orçamento Criança e Adolescente – Fórum Popular do**
9 **Orçamento; 3-Dia 18 de Maio - Enfrentamento às Violências contra Crianças e**
10 **Adolescentes; 4-XI Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente; 5-Deliberação**
11 **de Registros; 6-Informes das Comissões; 7-Informes Gerais.** A assembleia foi iniciada pela
12 vice presidente do CMDCA-Rio, Sra.Carla Marize Augusta da Silva, que informou aos presentes
13 sobre a ausência das conselheiras Lucimar Correa Pereira, Maria América Diniz Reis, Nancy
14 Torres e Paula da Silva Caldas, que se encontravam em Brasília, representando o Colegiado no II
15 Congresso Brasileiro de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Em
16 seguida, a vice presidente convidou os conselheiros Carlos Roberto Laudelino, Mina Benevelo
17 Taam e Patricia Coda Muniz para composição da mesa. A conselheira Carla Marize Augusta da
18 Silva informou à Plenária sobre a inversão da pauta, conferindo a palavra a representantes do
19 Fórum Popular do Orçamento para tratar do tema **2-Orçamento Criança e Adolescente:** O Sr.
20 Bruno Lopes, estudante de Economia da UFRJ e membro do Fórum Popular de Orçamento,
21 mencionou que os estudantes Bruno Lins, Hellen Machado e Julia Borges, também membros do
22 Fórum, seriam colaboradores nesta apresentação. O Sr. Bruno Lopes iniciou a exposição com
23 breve apresentação do Fórum Popular do Orçamento, uma organização apartidária que reunia
24 pessoas e entidades interessadas em democratizar o orçamento público, tendo como missão
25 avaliar as prioridades políticas e lutar, junto aos movimentos sociais, para que o Poder Público
26 priorizasse políticas que buscassem atenuar a concentração de renda e a desigualdade social.
27 Falou sobre as atividades desenvolvidas pelo Fórum, dentre estas: monitoramento e avaliação da
28 execução orçamentária, informação à opinião pública e mobilização da sociedade, capacitação de
29 entidades interessadas, atuação junto ao movimento social e Poder Legislativo. O CMDCA-Rio e
30 todas as instituições presentes foram convidados a se apropriarem do tema, nas capacitações
31 organizadas pelo Fórum. Esclareceu que o orçamento público era uma previsão de receitas e
32 autorização de despesas, que não era dinheiro em caixa, mas uma expressão monetária de um
33 planejamento. Um instrumento de planejamento e definição de prioridades. Dessa forma, era
34 importante como ferramenta política de formulação de políticas públicas, adoção de prioridades,
35 planejamento e fortalecimento da democracia. Com a palavra, a Sr.ª Julia Borges falou sobre a
36 diferença entre orçamento público e orçamento doméstico, esclarecendo que o Governo podia se
37 planejar pautado na arrecadação, inclusive, renegociando suas dívidas, o que não ocorria no
38 cotidiano doméstico das famílias, que contavam com salário e dívidas definidos, não tendo como
39 manejá-los, como nas contas públicas. Por isso, não podia ser comparado a este orçamento, que
40 tinha outra lógica, não interferindo no impacto da economia, como ocorria com os gastos do
41 governo. O Sr. Bruno Lins explicou como era feito o Orçamento Público. Falou que a proposta do
42 Orçamento Público era elaborada inicialmente pelo Poder Executivo e enviada ao Poder
43 Legislativo, que tinha um tempo para sua discussão, apresentação de emendas e aprovação da
44 Lei Orçamentária. Ao Poder Executivo cabia sancionar a Lei e editar decretos com detalhamento
45 das despesas. Apresentou o histórico das Leis Orçamentárias, que tinha origem na Lei Geral do
46 Orçamento - Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, que estatuiu normas gerais de direito
47 financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos
48 Municípios e do Distrito Federal. Falou da Lei de Responsabilidade Fiscal, de maio de 2000, que
49 introduziu inovações na administração das finanças públicas, intensificando mecanismos de
50 controle dos gastos públicos, impondo limites e condições, principalmente sobre pessoal e

51 endividamento. Essa legislação trazia modelos de planejamento a seguir na elaboração do Plano
52 Plurianual (PPA), nas determinações da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei
53 Orçamentária Anual (LOA). A Sr.^a Hellen Machado, Estudante de Economia da UERJ, informou
54 que o PPA deveria ser encaminhado até o 31 de agosto, com prazo para votação até 31 de
55 dezembro, sendo elaborado no primeiro ano de cada mandato, com duração até o primeiro ano
56 do mandato seguinte, de forma a fomentar a continuidade do planejamento anterior. A
57 concretização em curto prazo do PPA ocorria através da LDO, que servia como guia para o
58 orçamento e devia ser encaminhada até 15 de abril, com prazo para votação até 30 de junho,
59 ocorrendo em um ano. A LOA possuía monetização, com definição e detalhamento do que iria ser
60 gasto em cada área. Devia ser encaminhada até 30 de setembro, com prazo para aprovação e
61 para votação até 31 de dezembro. Já o relatório com a Prestação de Contas, devia ser
62 encaminhado até 15 de abril, com prazo para votação até 30 de junho, sendo apresentado um
63 ano após o planejamento. Depois, apresentou as principais receitas e despesas por categoria
64 econômica: Receitas Correntes - Tributária (ISS, ITBI, IPTU, IRRF, Taxas); Transferências
65 Correntes (ICMS, IPVA, SUS, FUNDEB); Contribuições: (COSIP; Previdenciária). Já as Receitas
66 de Capital eram: Operações de Crédito; Transferência de Capital (PAC, Morar Carioca); Alienação
67 de Bens. As Despesas Correntes eram: Pessoal e Encargos Sociais; Juros e Encargos da Dívida;
68 Outras Despesas Correntes. As Despesas de Capital eram Investimentos, Inversões Financeiras
69 e Amortizações da Dívida. Encerrando, informou que no próximo encontro seriam apresentados
70 os seguintes temas: Execução Orçamentária, Classificação Funcional Programática,
71 Remanejamentos e Contingenciamentos e Como coletar os dados e Apresentação de exemplo de
72 pesquisa orçamentária. Ao final da apresentação a conselheira Carla Marize Augusta da Silva
73 franqueou à Plenária perguntas aos representantes do Fórum Popular de Orçamento. A Sra.
74 Márcia Oliveira, representante da Rede Não Bata, Eduque perguntou como a sociedade civil
75 podia acompanhar o Orçamento Público para fomentar uma gestão pautada na legalidade.
76 Questionou, ainda, sobre como poderia acompanhar o calendário das audiências públicas sobre
77 o tema. Foi respondido que quando o orçamento era enviado à Câmara Municipal havia um prazo
78 para sua aprovação. Nesse período ocorriam audiências públicas, momento para a população ter
79 voz ativa. Também se poderia apresentar emendas orçamentárias. Em seguida a representante
80 da CECIP, Sra. Soraia Melo, sugeriu que essa apresentação fosse disponibilizada para o
81 CMDCA. O Sr. Bruno Lopes destacou que esse era o momento ideal porque estava aberto o
82 prazo para a realização de emendas na Câmara dos Vereadores. O Senhor Arlindo Lima, da
83 União das Operárias de Jesus, perguntou sobre a falta de financiamento com a justificativa da
84 crise. O Sr. Sebastião Andrade, da Associação Beneficente AMAR, perguntou se a retração era
85 nacional. O Sr. Bruno Lopes respondeu que o cenário de retração ocorria em todo o Brasil,
86 porém, com relação às receitas, a questão estava no planejamento. Citou como exemplo a fala do
87 atual Prefeito, quando assumiu a administração municipal, de que encontrou dívidas com os
88 grandes eventos. No entanto, o que foi investido em urbanização, por exemplo, naquele ano, não
89 estava ocorrendo atualmente. Por isso, essa justificativa não se verificava no planejamento atual.
90 Pois, a estimativa para o ano de 2019 seria corrigida. Com relação a questionamento sobre déficit
91 público, esclareceu que ocorria quando a administração pública gastava mais do que arrecadava.
92 Encerrada a apresentação, foram disponibilizados contatos do Fórum: email
93 fporiodejaneiro@gmail.com, fone 2103-0120 e Facebook
94 www.facebook.com/FPO.Corecon.RJ. A conselheira Carla Marize Augusta da Silva registrou a
95 presença do Promotor de Justiça da 1ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva da Infância e da
96 Juventude, Dr. Carlos Gustavo Coelho de Andrade. Em seguida solicitou à conselheira Mina de
97 Fátima Benevello Taam **1-a leitura da Ata da Assembleia Ordinária do dia 09 de Abril de**
98 **2018**, que foi aprovada por unanimidade. Com relação ao **3-Dia 18 de Maio - Enfrentamento às**
99 **Violências contra Crianças e Adolescentes**, a conselheira Carla Marize Augusta da Silva fez

menção à data, convidando o conselheiro André Rangel para informação sobre as celebrações do dia. O conselheiro André Rangel lembrou do caso da menina Araceli, de 08 anos, vítima de violência sexual no Estado do Espírito Santo, no ano de 1973, que deu origem a esta data, como marco para a luta contra o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes. Informou à Plenária que seria realizado na OAB/RJ, à Rua Marechal Câmara, n.º 150, Centro, das 09 às 13h30, no dia 18 de maio de 2018, o seminário “Dia 18 de Maio - Enfrentamento às Violências contra Crianças e Adolescentes”. Este evento se destinava a celebrar o dia, com apresentação do panorama da violência e exploração sexual infanto juvenil no Estado do Rio de Janeiro. Visava, ainda, fazer o acompanhamento dos Eixos do Plano Nacional de Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, assim como, fomentar a organização da revisão do Plano Municipal de Enfrentamento às Violências e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, pela Comissão de Políticas Públicas e os Grupos de Trabalho do CMDCA-Rio. A conselheira Carla Marize Augusta da Silva franqueou a palavra à Plenária para perguntas e informes sobre o tema. O representante do CEDECA-RJ, Sr. Pedro Pereira, informou que o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte organizou, para o dia 17 de maio de 2018, às 9h30, no Auditório da Defensoria Pública, à Rua São José, evento em celebração à data, uma vez que muitos casos atendidos pelo Programa tinham registros de violência sexual contra crianças e adolescentes. Com relação à **4-XI Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente**, foi apresentado pela assistente social Fernanda Melo, do CMDCA-Rio, resumo do evento, com datas previstas para realização da Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - dias 23 e 24 de outubro de 2018, assim como temática e eixos, definidos previamente pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA. A deliberação com a composição da comissão organizadora seria aprovada na próxima assembleia do CMDCA-Rio, que deveria ser integrada por crianças e adolescentes. Foi solicitado às instituições presentes que indicassem nomes de crianças e adolescentes para participar da Comissão de Organização da Conferência. Poderiam ser indicados, por correio eletrônico, dois representantes por entidade, até o dia 21 de maio de 2018. Deveriam constar no e-mail nome, sexo, idade e nome da instituição. Foi disponibilizado às instituições espaço para o esclarecimento de dúvidas e perguntas. A Sra. Thamires, da Fundação Angélica Goulart, informou que a instituição já havia realizado Conferência Livre na sua região, devendo encaminhar relatório ao CMDCA. Perguntou sobre incentivo financeiro para transporte e alimentação de crianças e adolescentes que participassem da Comissão Organizadora. A técnica Fernanda Melo se comprometeu a levar o pleito ao Colegiado. A Sra. Regina Leão, representante da Mitra Arquiepiscopal e membro do CONANDA, solicitou que fosse dada atenção a metodologia e linguagem para atenção a esse grupo. Informou que estavam sendo realizadas Conferências Livres em todo o Estado do Rio de Janeiro e recomendou que todos acessassem o link da Conferência no *site* do CONANDA. Em seguimento à pauta **6- Informes das Comissões**, a conselheira Patricia Coda informou que estava em processo de finalização a contratação da empresa que venceu a licitação para assessoria de comunicação social do CMDCA-Rio. Informou que essa Empresa daria suporte à realização da Conferência Municipal. A conselheira Mina de Fátima Benevello Taam informou que a Comissão Garantia de Direitos estava se dedicando à análise dos processos de registros e renovações para garantir a regularidade das entidades no CMDCA-Rio. O conselheiro André Rangel informou que a Comissão de Políticas Públicas estava atuante e já realizara sua segunda reunião nesta gestão. Informou que seria formulado instrumento para acompanhamento das políticas públicas para crianças e adolescentes, com dados mínimos para fomentar o controle social, a ser apresentado à Mesa Diretora e Plenária. Esse instrumento seria encaminhado aos órgãos públicos e suas informações subsidiariam a elaboração do diagnóstico social da infância, além de permitir o acompanhamento das ações governamentais de atenção a esse público. Também foi informado que esta Comissão contribuiria com a elaboração de texto base orientador da Conferência Municipal, em articulação com os eixos definidos pelo CONANDA, de forma a colaborar com os

150 trabalhos das Pré-Conferências Municipais. O conselheiro André Rangel informou, ainda, que
151 seria definido calendário de reunião para integração das Comissões e Grupos de Trabalho do
152 CMDCA-Rio, a ser fomentada pela Comissão de Políticas Públicas. O conselheiro Carlos Roberto
153 Laudelino, coordenador da Comissão de Orçamento, falou sobre o saldo da conta do Fundo
154 Municipal para Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMADCA, no valor de R\$
155 8.823.000,16, considerado por ele, insuficiente para contemplar as principais demandas das
156 políticas de proteção e socioeducativa para crianças e adolescentes deste Município. Informou
157 sobre processo de liberação de recursos do FMADCA, no valor de R\$ 325.000,00, proveniente de
158 multa judiciária, a ser destinado à rede de acolhimento institucional. A Comissão de Orçamento
159 estava organizando documento para viabilizar a liberação deste recurso. A segunda iniciativa
160 dessa Comissão, informou, era a viabilização da liberação de recursos para a contratação da
161 empresa de assessoria de comunicação social do CMDCA-Rio, conforme previsto no Plano de
162 Aplicação do FMADCA. A terceira iniciativa, mencionou ele, seria atuar para garantir suporte ao
163 funcionamento do Conselho, assim como atender ao pleito trazido pela Fundação Angélica
164 Goulart, com relação à participação de crianças e adolescentes na Conferência Municipal dos
165 Direitos da Criança e do Adolescente. A Comissão também atuaria, informou ele, na captação de
166 recursos para o Fundo Municipal da Criança e do Adolescente, através de doações e resíduos de
167 convênios encerrados. **7-Infomes Gerais:** A Sra. Soraia Melo, representante do CECIP,
168 informou sobre reunião do Grupo de Trabalho para Implementação e Monitoramento do Plano
169 Municipal pela Primeira Infância e divulgou curso, a ser realizado no dia 23 de maio de 2018, para
170 os Conselheiros e instituições parceiras, no CIEDS, localizado na Avenida Rio Branco, n.º 25, no
171 Centro da Cidade, tendo como tema a escuta de crianças. Foi informado pelo Sr. Deildo, da
172 Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos e representante do FEPETI – Fórum de
173 Combate ao Trabalho Infantil, sobre ação a ser realizada no dia 12 de junho, com o lançamento
174 da Campanha de Combate ao Trabalho Infantil, no Museu da Manhã, das 09 às 17 horas. A Sra.
175 Ana Carla, da entidade Criar Brasil, informou sobre inscrições abertas para a oficina sobre
176 Direitos da Criança e do Adolescente e Técnicas de Comunicação Social, como o uso de Internet,
177 vídeo e rádio, realizada no Projeto Radiotube, no município de Itaboraí. Informou que a oficina era
178 gratuita, inclusive com transporte e hospedagem garantidos aos participantes. As inscrições
179 seriam encerradas nessa semana e deveriam ser realizadas no *site*: www.radiotub.org.br. **5-**
180 **Deliberação de Registros e entrega de certificados:** Foi feita a leitura de Deliberação nº
181 1.281/2018, que dispunha sobre o registro das entidades no CMDCA-Rio, que foi aprovada por
182 unanimidade. Não havendo mais assunto a ser tratado, a reunião foi encerrada às 16h30 e a ata
183 segue assinada pela vice presidente e segunda secretária, em 14 de maio de 2018.

Carla Marize Augusta da Silva
Vice Presidente

Vania Mara da Silva Rodrigues
Segunda Secretária